A Pesquisa e a Universidade *Research & the University* *La pesquisa y la universidad*

O texto que se segue analisa a questão da universidade e da pesquisa científica no Brasil, considerando o problema da globalização, onde países de maior tradição científica têm desempenhado um papel hegemônico no cenário internacional, inibindo o exercício do saber acadêmico e da pesquisa em países em desenvolvimento. O texto procura demonstrar o caráter colonialista dessa prática, apresentando exemplos históricos que ilustram as dificuldades que o Brasil tem enfrentado no estabelecimento de seus centros de excelência do saber. O presente estudo privilegia o papel da pesquisa universitária como forma de produção de conhecimento necessário ao desenvolvimento e, especialmente, à autodeterminação do povo brasileiro.

Abstract: The following Study examines the interaction of Academia and Scientific Research in Brazil especially focussing on the problem of Globalization by countries of greater scientific tradition that have carried out hemogeny in the international scenery thereby inhibiting the academic knowledge and research capability of lesser developed nations. Further it demonstrates the 'colonial characterisation effect' of such domination, offering historical examples to illustrate the difficulties Brazil has been facing in the institutions of its Centres of Academic Excellence. The present text also emphasises the key role of University Research as the means of necessary knowledge production to the development and especially the Self-Determination of the Brazilian People.

El texto que sigue analiza la universidad y la pesquisa científica, considerando el problema de la globalización, pues los países que tienen tradición científica tienen papel hegemónico en el escenario internacional, inhibiendo el ejercicio del saber académico y de la pesquisa en países en desarrollo. El texto procura demostrar el carácter colonialista de esa práctica, presentando ejemplos históricos que ilustran las dificultades que Brasil tiene al establecer sus centros de excelencia del conocimiento. Este estudio privilegia la pesquisa universitaria como producción del conocimiento necesario al desarrollo y especialmente la autodeterminación del pueblo brasileño.

Palavras-chave: Pesquisa universitária, desenvolvimento

Autor:

Prof. Marcus Tadeu Daniel Ribeiro

Historiador da arte, mestre e doutor em História Social pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ e professor de Metodologia de Pesquisa em Direito e de Metodologia de Estudos Universitários da Universidade Estácio de Sá. Trabalha também como pesquisador do patrimônio cultural brasileiro no IPHAN (Instituto do Patrimônio e Histórico Nacional).

A pesquisa científica numa universidade constitui-se numa prática fundamental, não apenas pelos benefícios que gera na formação acadêmica do aluno, posto que lhe aguça o raciocínio lógico e o espírito investigativo, mas também pelo sentido estratégico que desempenha para a sociedade, que dela se beneficia, direta ou indiretamente, em sua permanente busca das soluções para os problemas que afetam a coletividade. Por isso, mais do que uma questão adstrita apenas ao meio acadêmico e às implicações pedagógicas daí decorrentes, a pesquisa na universidade deve interessar diretamente às autoridades públicas, responsáveis pela definição de políticas governamentais voltadas para o desenvolvimento, o bem-estar social e a afirmação da cidadania do povo brasileiro.

Mas a chamada *globalização*, apresentada como uma *nova ordem mundial*, parece sugerir a revisão dessas políticas públicas, considerando o contexto internacional dominado pelos países de-

envolvidos econômica, social e tecnologicamente. Questiona-se, então, o papel como também a legitimidade que a pesquisa, especialmente aquela realizada numa universidade de um país do terceiro mundo, passará a desempenhar dentro de uma nação inserida nessa *nova ordem mundial*. A questão se resume ao seguinte ponto: por que, afinal, desenvolverem-se pesquisas, não raro bastante onerosas, para se produzirem conhecimentos (nas áreas tecnológica, jurídica, econômica etc.), que, talvez, possam ser realizadas por países com maior tradição na área científica?

Este texto pretende analisar a importância da pesquisa científica como fator de desenvolvimento e de autodeterminação de um povo, já que ela é um instrumento que permite à sociedade, através dos seus centros de excelência do saber, de que é exemplo maior a universidade, encontrar soluções para os problemas sociais, econômicos e culturais que afetam o país. Nas páginas que se seguem será abordado como o Brasil tem enfrentado esse problema ao longo dos tempos, considerando-se a lógica da dominação colonialista, fortemente enraizada em sua formação histórica. O presente texto é um pequeno contributo para uma reflexão crítica sobre o papel do saber no desenvolvimento histórico do país, especialmente neste momento em que o povo brasileiro vive uma profunda expectativa de transformação após a última eleição.

...

Fala-se hoje de uma *nova ordem mundial*, dentro da qual a inserção do Brasil necessita ser permanentemente pensada e discutida. Questões como desenvolvimento e pesquisa científi-

ca voltam ao cenário de uma discussão que tem pontuado a História nacional desde o tempo colonial. Quando o país começou a ser colonizado, ou seja, quando o Brasil veio a ser objeto dos interesses de natureza pecuniária e ideológica dos grandes centros europeus, que aqui atuaram por meio da intermediação do capital mercantil lusitano, logo se definiu, no pacto estabelecido entre os setores sociais hegemônicos locais e metropolitanos, qual parte caberia a cada um na divisão do saber e, em corolário, na do trabalho.

A estratégia de desenvolvimento adotada para o Brasil pelo colonizador submeteu-se de imediato aos interesses dos grandes centros europeus. Formava-se, através da prática colonialista do "mare clausum", uma política que garantiria, através do princípio da exclusividade comercial e do controle do saber, a dependência do país não apenas ao capital internacional através das companhias de comércio mercantilistas, mas também a submissão de todo um povo a um sistema de valores culturais - artísticos, científicos, religiosos etc. O sistema colonial não era, portanto, apenas uma questão comercial, mas um sistema complexo de fatores econômicos e culturais que se enlaçavam numa trama ordenada por interesses recíprocos entre os setores sociais dominantes locais e metropolitanos.

O sistema de ensino durante a fase colonial refletiu diretamente essa realidade. Durante os séculos XVI, XVII e parte do XVIII, a educação no Brasil encontrava-se principalmente nas mãos dos jesuítas, que tinham o interesse maior pela catequese, no cumprimento dos ditames contra-reformistas que a Igreja Católica, desde o Concílio de Trento (1545-1563), havia estabelecido. Com relação ao ensino superior, a formação de jovens nas faculdades estrangeiras foi inexpressiva. Até a data da Independência, o Brasil não havia formado nem três mil profissionais nos bancos das universidades européias, nomeadamente na de Coimbra, em Portugal. Sem a formação de um corpo significativo de profissionais do nível do ensino superior e relegando ao Brasil atividades econômicas no setor primário, o colonizador criava o mito da inaptidão do brasileiro para atividades científicas, realimentando, através da cultura da dependência, a lógica do sistema econômico-social voltado para a produção de bens primários, destinados à exportação, e organizado a partir do modo de produção escravista.

O exclusivismo mercantilista arrimava-se no princípio da alienação como fundamento das relações não apenas comerciais, mas também ideológicas e culturais: o mundo, para o olhar do colonizado, subtraído de qualquer possibilidade crítica, resumia-se ao próprio sistema de valores culturais que a metrópole lhe impunha. A política do "mare clausum" não era apenas uma imposição de natureza comercial, mas uma forma de ver o mundo através de um só referencial cultural. O setor econômico e o cultural, este último no qual se manifestam as várias formas de saber, inclusive o científico, fazem parte de uma mesma lógica histórica, alimentando-se reciprocamente. A clausura mercantilista tipificou as formas de relação do país com um mundo que já possuía, no roteiro das grandes navegações, sua dimensão essencialmente globalizante, mas a visão do brasileiro sobre aquele mundo *globalizado* se dava através duma única ótica: a do colonizador. Poucos historiadores têm enfatizado que o monopólio econômico durante a chamada fase colonial foi também reflexo de um contexto cultural.

A *nova ordem mundial* dos dias atuais - a chamada globalização -, portanto, não é uma experiência recente, como também não é recente o ônus que as sociedades hegemônicas inter-

nacionais costumam legar às sociedades em desenvolvimento, condenando-as a atividades subalternas na divisão internacional do trabalho. Também não é novo o processo ideológico profundamente eficiente, que apresenta, como universal, o sistema de valores culturais de uma sociedade preponderante e interessada em manter, à sua sombra econômica, a tutela científico-cultural de outras sociedades, a exemplo do que se vê nas estações de rádio e TV de hoje.

É necessário se olhar o mundo sem xenofobia, mas com independência e liberdade crítica. E aí o papel do saber, dentro dessa conjuntura internacional, é estratégico. O conhecimento é matéria-prima da crítica e, portanto, da transformação e do desenvolvimento consciente da sociedade.

Dessa forma, a palavra "desenvolver" adquire uma especificidade simbólica fortemente enraizada na experiência histórica de países como o Brasil: "desenvolver" é, por assim dizer, *libertar-se de um "envolvimento"*, sentido etimológico que encontra paralelo no inglês *to develop* e no francês *développer* - "desenvelpear", literalmente. Desenvolver, assim, seria a ruptura daquilo que envolve, que constrange, que impede a manifestação livre das verdadeiras tendências e potencialidades de um povo. Mas a idéia de desenvolvimento nem sempre é vista como um ato libertador, de exercício da autonomia crítica, de valorização do homem.

Por conta de uma tradição política pautada nos interesses das classes dominantes e dissociada dos anseios e necessidades do povo brasileiro, a idéia de desenvolvimento tem refletido as políticas públicas voltadas para a lógica da acumulação. Esse ponto de vista encontra respaldo no fato de ser o país a nona economia do mundo, seguindo-se o critério do Produto Interno Bruto (PIB), mas o 79º país pelos critérios do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), fator calculado a partir de indicadores de renda, de escolaridade, de expectativa de vida, além de outros índices sociais.¹

Ao longo de sua história, o Brasil enriqueceu-se, mas à custa de um desenvolvimento bastante heterogêneo. Desenvolvimento deve ser visto não como um processo de natureza econômica, pautado na lógica da acumulação de bens e de valores materiais, mas como ato de afirmação de um povo, conseguido a partir da produção do conhecimento e do acesso ao saber, de forma permanente e democratizada, com o objetivo de se discutirem os problemas do país e de se encontrarem soluções, para as demandas advindas do esforço coletivo de emancipação social e de construção da cidadania. Desenvolver é, portanto, fator de libertação de um povo e não de geração de desigualdades. Para isso, o papel do conhecimento científico tem um sentido todo especial.

Desde a época em que as relações colonialistas de Portugal com o Brasil exauriam-se ao termo do século XVIII e início da centúria seguinte, o problema do conhecimento era colocado como o fiel da balança desse quadro de relações internacionais, marcado pela dominação colonial. O Estado monárquico português vinha-se transformando, sob a luz e influxo direto do pensamento iluminista, sendo seus reflexos evidentes, inicialmente, com a modernização do aparelho de Estado monárquico português. Um reflexo dessa modernização é a reforma da Universidade de Coimbra (1772), em cuja reitoria havia sido posto, em 1770, pelo Marquês de Pombal, o brasileiro Francisco de

¹ BALOUSSIER, Marco André (Ed.). *Almanaque Brasil 2000/2001*. Rio de Janeiro: Terceiro Milênio, 2000, "Dados Estatísticos", p. 237.

Lemos de Faria Pereira Coutinho (1735-1822), que confe-re, ao ensino daquela universidade, influência do pensa-mento iluminista, rompendo com uma tradição de culto a uma erudição livresca dos cânones jesuítas².

A reforma da Universidade de Coimbra no século XVIII teria assim, com o alijamento das certezas religiosas e o esta-belecimento da matriz questionadora da ciência, um sentido de restauração de um pensamento que havia marcado o olhar racionalista e mesmo científico da cultura portuguesa à época das grandes navegações.

O desenvolvimento do estudo sistemático é, naqueles anos do século XVIII, incentivado pelo poder monárquico por-tuguês, que descobre, em sua rica colônia americana, um qui-nhã até então negligenciado: não eram só os recursos naturais da colônia que poderiam beneficiar a economia portuguesa, mas também – e especialmente – o estudo e a investigação de natu-reza científica que na colônia vinha dando mostras de incipien-te vitalidade. Não foi apenas na área literária e artística que o brasileiro assombrou os colonizadores portugueses, através do trabalho de escritores como Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, Basílio da Gama, de músicos como o Padre José Maurício e de artistas como Antônio Francisco Lisboa (o Aleijadinho), Mestre Valentim da Fonseca e Silva e Manuel da Costa Ataíde. Havia também os nomes que se destacavam na área científica e cultural, como os importantes botânicos José Mariano Veloso e Alexandre Rodrigues Ferreira, o mineralo-gista, químico e filósofo José Bonifácio de Andrada e Silva, o médico e autor de textos científicos Francisco de Melo Franco, o economista José da Silva Lisboa, defensor das idéias pro-gressistas da época das Luzes. Esses e outros foram cooptados pelo aparelho de Estado monárquico português.

A vinda da Corte portuguesa para o Brasil inicia um mo-mento histórico importante para a compreensão do papel da uni-versidade e da pesquisa no processo de formação do povo brasi-leiro. A primeira vez que se cogita na criação de uma universida-de no Brasil ocorre num período em que o poder monárquico português começa a revelar novos planos para o Brasil. A cria-ção de organismos públicos, de escolas de Engenharia, de Medi-cina, de Direito, de Artes e de Ofícios não decorria de um espíri-to benevolente do monarca agradecido pela acolhida que recebe-ra do povo brasileiro, ao evadir-se de Lisboa em 1807, tomada pelas forças do general bonapartista Andoche Junot. A criação dessas escolas e ainda de organismos financeiros, como o Banco do Brasil, e de outros centros de excelência do saber, como a Real Biblioteca Pública, hoje Biblioteca Nacional³, e do Real Horto Botânico, atual Jardim Botânico, criado como centro de

pesquisa – o jardim não era aberto ao público –, decorreu de uma necessidade imperiosa de se dotar o aparelho de Estado com con-dições concretas de governabilidade de todo o reino português.

Desde a administração pombalina que o Estado não se resumia mais à figura do rei. O absolutismo ilustrado, período que se convencionou chamar de “despotismo esclarecido”, era a herança do que ficaria consignado pela história como Política Ilustrada, advinda da época do Marquês de Pombal, o Mi-nistro todo-poderoso de Dom José.⁴ Para manter o funciona-mento das instituições públicas tempo afora, seria necessário formarem-se quadros de nível superior que pudessem coadju-var na administração do amplo império português, agora com sede no Rio de Janeiro e com perspectiva promissora de não regressar mais a Portugal⁵.

O ensino superior, potencializado pelos cursos dispersos pelas capitâncias, começaria a ser visto como peça importante da estratégia da administração pública luso-brasileira a curto e mé-dio prazos. Cogitou-se, assim, na criação de uma universidade. Mas a reação daqueles que desejavam manter o Brasil submetido ao domínio lisboeta foi imediatamente contrária. Ambrósio Reis, diplomata notável da política externa portuguesa e intelectual lusitano que vinha defendendo, com ardor, o regresso da Família Real para Portugal, endereçou carta a Antônio de Araújo de Aze-vedo⁶, ministro de Dom João VI e futuro Conde da Barca, ex-pressando seu temor pela criação de uma universidade no Brasil.

“Espero finalmente - escreve ele -, que não lembre a ninguém envolver em tais estabelecimentos⁷ uma idéia infeliz que te-nho ouvido repetir a alguns de cabeças ocas e alucinadas que confundem sempre o presente com o futuro, e o estado atual do Brasil com o seu estado possível e ainda indefinidamente remoto, e vem a ser o estabelecimento de uma universidade naquele país. Fábrica de bacharéis e de letrados, Ex.^{ma} S.^{ra}, basta por ora uma na Monarquia no estado em que ela se acha, e certamente seria esta a fábrica mais perniciosa que se poderia estabelecer no Brasil, não só porque aumentaria ex-traordinariamente a turba misérrima dos bacharéis e promo-tores de processos roubando ao mesmo tempo tantos braços à lavoura e às artes⁸, mas também porque produziria um gran-de número de semi-doutos ociosos e faladores, de poetas de

² “O ensino, que até então fora inspirado pelo espírito que havia dirigido o movi-mento dos descobrimentos marítimos, continuando a tradição científica que lhe imprimira o infante Dom Henrique, tornar-se-ia, depois que os jesuítas se apode-raram dele, um «ensino sem base natural e nacional» (...) A cultura filosófica portuguesa adormeceria no comentário teológico” (...) A influência jesuítica fe-chora Portugal à renovação científica que se processara na Renascença e para a qual ele colaborara com o magnífico movimento dos descobrimentos marítimos.” COSTA, Cruz. *Contribuição à História das Idéias no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967, pág. 22-23; Ver também BRAGA, Teófilo. *Histó-ria da Universidade de Coimbra*, Lisboa, Academia Real de Ciências, 1892, vol. I, pág. 485 e seg.

³ A Biblioteca Real, que havia ardido com o terremoto de Lisboa (1755), foi sendo reconstituída ao longo da segunda metade do século XVIII e desse acervo se originou o núcleo primaz de nossa Biblioteca Nacional, comprada pelos brasi-leiros de Portugal quando da assinatura do tratado de reconhecimento da Inde-pendência do Brasil. Cf. HERKENHOFF, Paulo. *Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1996, 263 p.

⁴ Ler a respeito o trabalho de WELLING, Arno. *História Administrativa do Brasil* – administração portuguesa no Brasil de Pombal a Dom João (1777-1808). Brasília: FUNCEP, 1986; FALCON, Francisco J. C. *A Época Pombalina*. SP: Ática, 1982.

⁵ Cf. LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império*. Portugal e Brasil: bastidores da política (1798-1822). Rio de Janeiro: Sette Letras, 1995.

⁶ Sobre a vida desse ministro de estado português, ver a obra de BARREIROS, Cel. José Batista. *Ensaio de biografia do Conde da Barca*, (“Edição da Delega-ção Bracarense da Sociedade Histórica da Independência de Portugal”) Braga: Cruz, s/d. Ver também RIBEIRO, Marcos Tadeu Daniel. *As razões da arte: po-lítica ilustrada e neoclassicismo no Brasil*. Tese de doutoramento, Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: [texto policopiado], 1998.

⁷ Referia-se Ambrósio Reis à proposta de criação de cursos regulares de minera-logia no Brasil. Cf. REIS, Ambrósio Joaquim dos. [Carta a Antônio de Araújo de Azevedo] Londres, [manuscrito], 24 de agosto de 1816, Arquivo Distrital de Bra-ga, Fundo Barca/Oliveira, Cx. 28, doc. s/nº, 7 pág. Autógrafo, assinado.

⁸ A palavra “arte” possuía, aqui, o sentido de indústria ou de ofício mecânico.

⁹ REIS, Ambrósio Joaquim dos. “[Carta a Antônio de Araújo de Azevedo] Lon-dres, [manuscrito], 24 de agosto de 1816, Arquivo Distrital de Braga, Fundo Bar-ca/Oliveira, Cx. 28, doc. s/nº, 7 pág. Autógrafo, assinado (grifos no original).

*água doce, de propagadores de idéias liberais e dos direitos do homem: gênero de indivíduos que sendo nocivos em todo país o são infinitamente mais em um no qual a maior parte da população é composta de escravos e gente de cor.*⁹

É curioso como o missivista demonstra claramente ter conhecimento da importância de se impedir a criação de uma universidade no Brasil para não comprometer o projeto de subordinação, não apenas da colônia americana, mas de todo o Reino lusitano em relação a Portugal, local em que ele defendia concentrar-se o centro de excelência do saber e, portanto, de decisões políticas. Suas observações não deixam dúvidas quanto aos laços de submissão que ele pretendia manter o Brasil em relação à metrópole europeia.

*"Um tal estabelecimento – continua ele – além de dever ser fatal ao mesmo Brasil, o seria ainda a toda a Monarquia, pois cortaria quase o único fio de dependência em que o nosso Reino ainda se acha da Metrópole, e aumentaria nesta o grande descontentamento que infelizmente ouço ali vai grassando por irem já tardando àquele povo leal e brioso as sábias providências que S. Maj.ª certamente medita pôr em prática para acrescentar a recíproca dependência e perpétua união dos dois principais membros da Monarquia."*¹⁰

"Recíproca dependência e perpétua união": eis aí que o diplomata português desejava para o Brasil em relação a Portugal.

Durante o século XIX a ação do ensino superior ficaria adstrita ao funcionamento de faculdades isoladas, instaladas em Olinda, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. Apesar do espírito de mecenas de Dom Pedro II, monarca erudito e sinceramente empenhado na formação cultural e científica do Brasil, inexistiam condições históricas para o progresso científico do País, ainda preso ao modo de produção escravista, ao poder econômico ditado pelos donos dos latifúndios, bem assim a acordos internacionais que restringiam o desenvolvimento material e humano, reiterando a falsa vocação do País na área agrícola. Às elites sócio-econômicas interessava a visão de um Brasil rural, assentado sob uma tradição produtiva que pouco diferia daqueles tempos dos idos coloniais, onde o monopólio comercial era reflexo da imposição de todo um modelo cultural defendido pelo elemento colonizador.

Essa tradição, que se enraizou na cultura brasileira e que pouco a corrente filosófica do positivismo conseguiria mudar, transformou-se numa herança que o raiar do século XX encontraria pouco diferente do que havia sido nos tempos remotos do início da formação colonial brasileira.

No século XX, após a Revolução de 1930, haveria ainda tentativas de países dominantes no cenário internacional para que o Brasil procurasse concentrar sua atividade no setor econômico primário e deixasse de lado a idéia de crescimento científico-tecnológico, objetivando o estabelecimento da indústria nacional. O caso da Missão Abinck, formada por um conjunto de cientistas americanos e cujo relatório final recomendou que o País, prodigalizado de terras férteis e de riquezas naturais, concentrasse sua economia no setor primário, ilustra o receio de países mais desenvolvidos em relação ao potencial científico e humano do povo brasileiro.

Hoje, a idéia de desenvolvimento não se restringe mais apenas ao aspecto material do termo. Mesmo entre os economistas, há consenso de que o desenvolvimento não se reduz apenas a conquistas de natureza material. Para John Williamson, "o desenvolvimento econômico depende da acumulação

de capital no sentido amplo da expressão, englobando o capital intangível sob a forma de conhecimento técnico e o capital humano representado pela mão-de-obra qualificada, bem como o capital físico". Williamson alerta para a necessidade de o Estado promover a concatenação dos fatores que propiciem o desenvolvimento no sentido mais amplo do termo, pois que se as políticas públicas forem "suficientemente desorientadas", esse crescimento que a sociedade persegue poderá ser um "crescimento empobrecedor".¹¹

Desta forma, a qualificação profissional é fator fundamental para a promoção do desenvolvimento socioeconômico de um país, sendo o papel da pesquisa – tecnológica, biomédica e na área de humanas – igualmente essencial para o progresso material e humano da sociedade.

Vários autores que escrevem sobre o problema da universidade e da ciência no Brasil têm procurado assinalar o papel que à universidade cabe em seu projeto de formar não apenas o profissional para o mercado de trabalho, mas também o cidadão, em toda sua dimensão social. Não se trata apenas de uma questão de conscientização política do estudante, mas de alertar o aluno para a necessidade de se atribuir um significado crítico às coisas que ele aprende na universidade, o que lhe permitirá interferir, não apenas no contexto político, mas no projeto coletivo de civilização do país, como observou Antônio Joaquim Severino.

*"Mas há ainda uma questão mais profunda, embora de mais difícil apreensão, a se colocar com referência à educação universitária brasileira: diz respeito ao próprio significado desta educação no âmbito do projeto existencial que se deve dar à comunidade brasileira, na busca de seu destino e de sua civilização. (...) O desafio mais radical que se impõe à educação brasileira é o questionamento do próprio significado do projeto civilizatório do Brasil."*¹²

A essa classe de pessoas privilegiadas que têm acesso ao saber universitário, que perfaz menos do que um por cento da população do País, a universidade deve oferecer condições para uma reflexão crítica sobre os problemas principais vividos pela sociedade brasileira. A produção científica do conhecimento sempre esteve intimamente associada a um projeto coletivo de reflexão crítica sobre as demandas sociais. É a atividade de pesquisa que permite à comunidade científica (da qual o aluno universitário é parte integrante) encontrar respostas para as questões que interessam à sociedade brasileira como um todo. A necessidade da pesquisa, como forma de produção de conhecimento compatível às soluções para seus problemas, ainda é, portanto, tão necessária quanto atual. À universidade, em sua incumbência de formar o indivíduo para o trabalho e a vida, de aperfeiçoá-lo através dos cursos de extensão e, sobretudo, de prepará-lo na área da pesquisa científica, cabe um papel fundamental na construção de uma sociedade mais humana e mais soberana neste mundo globalizado.

¹¹ WILLIAMSON, John. *Economia aberta e a economia mundial*: um texto de economia internacional. 8 ed. Tradução de José Ricardo Brandão Azevedo. Rio de Janeiro: Campus, 1988, p. 272

¹² SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Cortez, 2000, p. 17

¹⁰ Idem, *ibidem*

Referências Bibliográficas

- BALOUSSIER, Marco André (Ed.). *Almanaque Brasil 2000/2001*. Rio de Janeiro: Terceiro Milênio, 2000.
- BARREIROS, Cel. José Batista. *Ensaio de biografia do Conde da Barca*, ("Edição da Delegação Bracarense da Sociedade Histórica da Independência de Portugal") Braga: Cruz, s/d.
- BOSI, Alfredo. *A dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BRAGA, Teófilo. *História da Universidade de Coimbra*. Lisboa: Academia Real de Ciências, 1892, vol. I.
- COSTA, Cruz. *Contribuição à história das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- DELANNOI, Gil. "La nation entre la société et le rêve". In. *Communications - éléments pour une théorie de la nation*. Paris: Seuil, 1987.
- DUBY, Georges. "História social e ideologias das sociedades", in LE GOFF, Jacques et NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- FALCON, Francisco J. C. *A época pombalina*. São Paulo: Ática, 1982.
- HERKENHOFF, Paulo. *Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1996.
- HOBBSBAWM, Eric. "A ideologia secular", in *A era das revoluções: Europa, 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. "A herança colonial - sua desagregação", in HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. (Tomo II - O Brasil Monárquico, Vol. I - O processo de emancipação). São Paulo: DIFEL, 1976.
- JOBIM, Leopoldo. *Ideologia e colonialismo*. Rio de Janeiro: Forense, 1985.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império. Portugal e Brasil: bastidores da política (1798-1822)*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1995.
- MORAIS, Rubens Borba de. *Bibliografia brasileira do período colonial*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1969.
- PASA, Ivo. (org.) *Enciclopédia Educar: história da educação do povo brasileiro*. Erechim: Educar, s/d.
- REIS, Ambrósio Joaquim dos. [Carta a Antônio de Araújo de Azevedo] Londres, [manuscrito], 24 de agosto de 1816, Arquivo Distrital de Braga, Fundo Barca/Oliveira, Cx. 28, doc. s/nº, 7 pág. Autógrafo, assinado.
- RIBEIRO, Marcus Tadeu Daniel. *As razões da arte: política ilustrada e neoclassicismo no Brasil*. Tese de doutoramento. Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: [texto policopiado], 1998.
- RUIZ, João Álvaro. *Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos*. São Paulo: Atlas, 2001.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. "A praxis liberal no Brasil: proposta para reflexão e pesquisa". in *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2000.
- WELLING, Arno. *História administrativa do Brasil - administração portuguesa no Brasil de Pombal a Dom João (1777-1808)*. Brasília: FUNCEP, 1986.
- WILLIAMSON, John. *Economia aberta e a economia mundial: um texto de economia internacional*. 8 ed. Tradução de José Ricardo Brandão Azevedo. Rio de Janeiro: Campus, 1988.